

TAXA DE MARINHA

Advogados e moradores pedem fim de cobrança

Eles ingressaram com processos na Justiça para tentar acabar com a cobrança da taxa de marinha em bairros de Vitória

Luciana Almeida

Moradores de Vitória estão entrando com ações na Justiça pedindo o fim da cobrança da taxa de marinha.

Apesar de a Lei 13.240/2015 reduzir a alíquota da taxa de 5% do valor do imóvel para 2%, moradores de bairros como Bento Ferreira, Enseada do Suá e Praia do Cantão querem o fim da cobrança.

O advogado tributarista Carlos Zaganelli Filho disse que está com, aproximadamente, 25 processos ativos na Justiça, pedindo a extinção da cobrança da taxa.

Ele destacou que a intenção dos processos é buscar o cumprimento constitucional do fato de Vitória não poder ter seus imóveis suscetíveis à cobrança de terreno de marinha por ser uma capital sediada em uma ilha.

“O artigo 20 da Constituição considera que as ilhas que são sedes de municípios não podem ser consideradas terrenos de marinha. A União comete ilegalidade ao fazer uma demarcação sem precedente.”

O advogado explicou ainda que na maioria dos bairros de Vitória a

“Estamos nos reorganizando para propor uma nova legislação, que modifique esta que está em curso”

Lelo Coimbra, deputado federal



BENTO FERREIRA está entre os bairros de Vitória onde existe a cobrança da taxa de marinha dos moradores

demarcação é feita a partir da linha preamar de 1831, que estabelece 33 metros para dentro do continente.

“É preciso ter uma atualização da lei. Como uma maré de 1831 pode influenciar ainda hoje? Qual a utilidade do terreno de marinha hoje”, questionou o advogado.

Segundo o deputado federal Lelo Coimbra (PMDB), neste momento a intenção é colocar em prática os artigos da Lei 13.240/2015.

No entanto, ele destaca que é importante iniciar um novo debate para tentar extinguir a cobrança.

“Estamos nos reorganizando para propor uma nova legislação, que modifique esta que está em curso, para darmos um passo a mais, ou reduzindo mais ainda a alíquota ou caminhando para a extinção dessa taxa”, disse ele.

O deputado falou ainda que vai aproveitar a mudança de governo para reunir advogados e ver quais

meios podem ser usados para dar esse passo. “Se começarmos a discutir agora, vamos caminhando. Essa será a nossa tentativa de criar uma nova circunstância e dar um passo a mais nesse processo.”

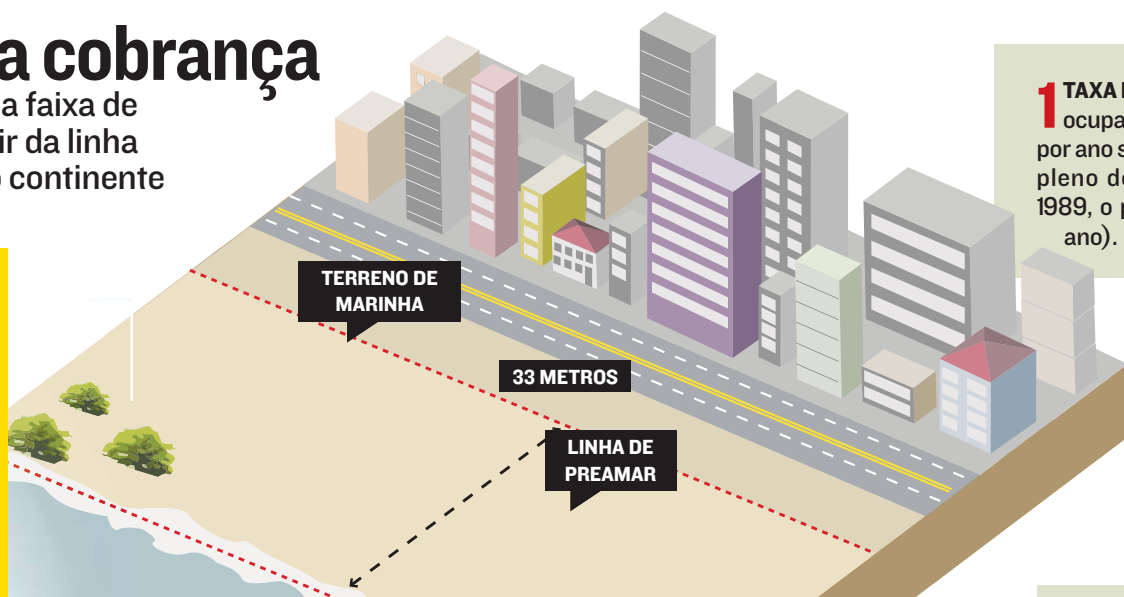
O autônomo Evandro Fernandes da Cruz, morador de Bento Ferreira, disse que muitas pessoas têm recebido a cobrança, mas efetuam o depósito em juízo. “Estamos brigando para que essa taxa seja extinta.”

Como é a cobrança

Terrenos ficam na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar até o continente

Terrenos de marinha

A partir de uma linha imaginária traçada no litoral brasileiro, todo terreno que estiver a 33 metros da preamar média do ano de 1831 (média de marés altas e baixas) é da União, assim como os aterros, denominados acrescidos de marinha.



LOCAIS

- > **NO ESPÍRITO SANTO**, a cobrança da taxa de marinha existe em 14 municípios.
- > **EM VITÓRIA**, 58 bairros têm terrenos de marinha, sendo que 50 estão onde são

- cobradas as taxas.
- > **ENTRE ELES** estão os bairros de Santa Lúcia, Ilha de Santa Maria e Bento Ferreira.

1 TAXA DE OCUPAÇÃO: terrenos ocupados até 1988 pagam 2% por ano sobre o valor do domínio pleno do terreno. A partir de 1989, o percentual é de 5% (ao ano).

2 LAUDÊMIO: é um pagamento de 5% que o contribuinte faz pela transferência dos terrenos de marinha, que são considerados bens da União.

3 AFORAMENTO: já os foreiros pagam uma taxa de 0,6% do domínio pleno do terreno aforado.